

The background of the cover is a vibrant pink color, overlaid with a pattern of vertical white lines. Scattered across this background are numerous stylized human figures in various colors (green, orange, yellow, black, white, blue, purple, grey) and sizes, representing a diverse group of people. Some figures are larger, while others are smaller, and they are positioned at different heights, creating a sense of a crowd or a community.

Teresa Cunha e Sandra Silvestre (Org.)

SOMOS DIFERENTES SOMOS IGUAIS

Diversidade, Cidadania e Educação

O QUE OS JOVENS SABEM E NÃO SABEM SOBRE OS DIREITOS HUMANOS*¹

José Manuel Pureza (Núcleo de Estudos para a Paz [CES/FEUC])

I. O que sabem os jovens sobre os direitos humanos? Posta assim a pergunta, apetece-me ser cru na enunciação daqueles que seriam os tópicos caóticos de um discurso de senso comum bem intencionado dos meus filhos Manel e Rita, que têm hoje 16 e 14 anos, e dos amigos deles, sobre os direitos humanos. Esse senso comum generoso seria feito das seguintes balizas:

1. Os direitos humanos são uma coisa muito boa; são o único indicador aceite por todos de legitimidade dos governantes e de felicidade das pessoas;
2. Há povos que cumprem os direitos humanos e povos que os não cumprem; mais, há povos que estão como que predestinados a cumpri-los, porque são democratas, desenvolvidos e civilizados, e há outros que estão fatalmente condenados a não os cumprir, porque são culturalmente avessos a isso, porque são subdesenvolvidos e porque ainda não aprenderam a sair do estado de guerra e de tribalismo; cabe aos primeiros converter os segundos e obrigá-los, se necessário recorrendo à força, a cumprir efectivamente os direitos humanos;
3. Os direitos humanos são uma expressão de civilização, mas sejamos realistas e não líricos: se queremos triunfar e progredir, há muitos outros imperativos que, esses sim, são para valer; os direitos humanos são pouco mais do que boas intenções para uma vida melhor, uma que há-de vir um dia.

* Comunicação apresentada ao Encontro Internacional "Educação para os Direitos Humanos", organizado pelo Instituto de Inovação Educacional e pela Comissão Nacional para as Comemorações do 50.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Década das Nações Unidas para a Educação em Matéria de Direitos Humanos (Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 6 de Dezembro de 2000).

1. Artigo publicado também na revista *Nósis*, n.º 56, de Outubro/Dezembro de 2000, disponível em <http://www.dgidc.min-edu.pt/innovbasic/edicoes/noe/noe56/dossier04.pdf>

O mundo em que os meus filhos Manel e Rita e os amigos deles estão a crescer é o mundo da teologia do mercado e da competição, com os seus totems e as suas liturgias. Por mais que lhes doa a eles e me doa a mim, há três discursos que lhes estamos a passar e que condicionam tudo o que eles pensam, sabem e sentem sobre a cidadania e os direitos humanos.

O primeiro é o *discurso da funcionalidade*. Enuncia-se nestes termos: é bom o que é tecnicamente evoluído, o que funciona bem. O mandamento máximo é o da *performance* óptima do sistema. E esta sacralização da performatividade óptima do sistema acarreta uma deslegitimação de todas as proposições que escapem, de alguma maneira, ao império da acção racional dirigida a fins.

Por isso, o segundo discurso é o *discurso do realismo*. Enuncia-se assim: é fundamental ser-se realista e ser realista é basicamente reproduzir o que está. O realismo é um produto frio do clima intelectual do positivismo, assente no pressuposto de que as realidades objectivas existem como objectos independentes do sujeito que as observa e que sobre elas actua. Os factos (o que está) contrapõem-se aos valores (o que deve estar) e têm sobre eles absoluta primazia. Por isso, o que está é o que deve estar, porque a História nos ensina que sempre foi assim e tudo o mais é sonhar alto e cair num utopismo de realização prática inviável.

O terceiro discurso é o *discurso do subjectivismo*. Enuncia-se assim: cada um de nós é acima de tudo um indivíduo, rodeado de objectos disponíveis para a nossa absoluta apropriação. Cada um de nós nasceu para ser um *master of the universe*, dominador do seu ambiente próximo. É pela apropriação das coisas, das relações com os outros e pela manipulação da natureza que o indivíduo se reconhece como um ser livre. “Ter direito a” é a linguagem que a modernidade forjou para dar corpo a esta visão das coisas.

Implícita ou mesmo explicitamente é este o caldo de cultura em que estamos a formar os nossos mais novos. Por isso, o discurso hoje instalado como senso comum juvenil sobre a bondade dos direitos humanos é tão superficial e tão vazio de radicalidade. Creio sinceramente que nos arriscamos a que aquilo que os jovens sabem sobre os direitos humanos seja o menos importante, senão mesmo o supérfluo.

Sugiro que, para eles como para muitos de nós, o discurso dos direitos humanos deixou de ser um discurso de denúncia e de contestação profunda e passou a ser um discurso ordeiro em todas as escalas (tanto nacional como mundial). E que, por isso mesmo, importa muito mais educarmo-nos **na** vivência dos direitos humanos e da cidadania do que educarmos **para** os direitos humanos e a cidadania.

É neste sentido que acho indispensável fazermos-nos a outra pergunta: o que é que os jovens não sabem sobre os direitos humanos?

II. No essencial, eu creio que os jovens não sabem três coisas fundamentais sobre os direitos humanos.

Em primeiro lugar, os jovens não se dão conta de que os direitos humanos se tornaram num *soundbyte*, um som emocionante e mobilizador, da ética de superfície suportada pela televisão no nosso tempo. Aquilo a que o Manel e a Rita chamam universalidade dos direitos humanos é, para eles, fundamentalmente, uma solidariedade tão genuína quanto virtual. Produtos da instantaneidade da informação por satélite, o Manel e a Rita balançam entre um efectivo sentido de responsabilidade para com todos, indistintamente, e o puro voyeurismo do sofrimento dos outros, turismo no meio das paisagens de angústia e de fome. Para o Manel e a Rita já não há boas causas mas apenas vítimas de causas más. Por isso, eles despertam para a importância dos direitos humanos quando são confrontados com o sofrimento das vítimas. Mas é um despertar frouxo e frágil. É uma sensação, mais do que uma opção. Tanto mais quanto vive ao sabor do efeito de banalização e de efeme-rização que a imagem televisiva imprime às suas narrativas. O jornalista da BBC Michael Ignatieff ensina-nos: “As notícias são um género, tanto como a ficção ou o drama (...). Muitas das convenções do noticiário televisivo são retiradas dos jornais e da rádio: que as notícias nacionais são mais importantes que as notícias internacionais; que o noticiário incide sobre o que aconteceu no país e no mundo durante um dia; que as notícias de ontem – a fome de ontem – já não são notícia; que algumas notícias têm que ser boas (...). A estas convenções a televisão acrescentou duas específicas: que uma notícia para ser notícia tem que ser visual e que deve caber em formatos de 15, 30 ou 60 segundos”. O Manel e a Rita não sabem que os direitos humanos, que eles acreditam

serem uma nova gramática da decência e da legitimidade, são também reféns das leis da emotividade e da fidelização de audiências televisivas em horário nobre.

A segunda coisa que o Manel e a Rita não sabem acerca dos direitos humanos é que eles são, paradoxalmente, a revelação maior da estreiteza dos nossos conceitos e das nossas experiências de cidadania e de democracia. Herdeiros da modernidade ocidental, bebemos nela a artificiosa contraposição entre Estado e sociedade civil e construímos o discurso do “ter direito a” como símbolo da autonomia dos indivíduos face ao Estado e à sua capacidade opressiva. Aprendemos que os direitos humanos são uma categoria referida às relações políticas e que a política a sério (a *high politics*) é a que tem o Estado como referência central. Pelo meio, esquecemos o relacionamento horizontal entre as pessoas. Por isso, os direitos humanos e a democracia pararam à porta da escola, à porta da família, à porta da fábrica, à porta do bairro, à porta da comunidade internacional. Talvez por isso alguns de nós sintam, inconfessadamente como convém, tanta estranheza e tanto desconforto com esta ideia bizarra de trazer para dentro da escola a educação para a cidadania.

O que o Manel e a Rita precisam de experimentar (mais do que saber) sobre os direitos humanos é que eles são uma das formas mais ricas de exprimir quanto há de crucial nos princípios da responsabilidade e da comunidade nos frágeis tecidos sociais em que vivemos hoje. Alguém escreveu recentemente: “Todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos”. Esse alguém sabia que a densidade da comunidade e das relações sociais (em homenagem aos direitos humanos, à dignidade ou ao respeito pela criação) exige uma nova centralidade do cuidado. A política é cuidado com o bem-estar dos outros ou, nas palavras sábias de Ghandi, “um gesto amoroso para com o povo”. A Comissão Independente sobre População e Qualidade de Vida, presidida por Maria de Lurdes Pintasilgo, no seu fundamental relatório “Cuidar o Futuro”, sublinhou que a centragem da ética e da política no cuidado pelos outros requer uma mudança drástica de paradigma: enquanto a hipertrofia do mercado tem absolutizado a melhoria das condições materiais da existência e o contínuo aumento da produção e tem reforçado continuamente a concentração sobre o eu, a recentra-

gem da política sobre a ética do cuidado dará densidade a uma dinâmica de comunicação e de parceria em vista de alguns objectivos indeclináveis: acabar com a pobreza, restringir o desperdício de recursos, promover a qualidade de vida dos outros. E acrescenta: “Como o cuidado se baseia na constante interacção entre as pessoas, tem nele próprio a capacidade de reforçar atitudes e práticas igualitárias e situa-se no oposto das relações de força e do exercício da autoridade”.

A Rita é daquelas que se encantam cada vez que um professor dá sinais de atenção personalizada para com um mal-estar, uma tristeza ou um entusiasmo de um aluno. O Manel, que tem a triste sina de sair ao pai, acha que a política é uma coisa importante e revolta-se cada vez que, na sala de aula ou na relação entre a direcção da escola e os estudantes, falham as relações de reciprocidade. A Rita e o Manel sabem que à sua volta, na escola e fora dela, há muita gente que tem o seu futuro bloqueado e o seu presente sem horizontes. Sem saberem grande coisa sobre os direitos humanos, os meus filhos e os amigos deles só serão cativados para esta luta se tiverem da parte dos professores, dos pais e de todos os mais velhos testemunhos honestos de cuidado.

Enfim, a terceira coisa fundamental que o Manel e a Rita não sabem sobre os direitos humanos é que, ao contrário do que lhes temos ensinado, eles são um impulso desordeiro.

A luta pela dignidade – essa de que os direitos humanos são expressão maior entre nós – nunca foi cândida e suavemente acolhida pelos dominadores. O Manel e a Rita precisam de saber que a Europa que hoje clama pela conversão de outros povos à bondade e à superioridade dos direitos humanos foi precisamente a mesma que, no início da colonização das Américas e da África, negava que os índios e os negros tivessem alma e direitos individuais. Foi essa Europa que não perdoou a Bartolomeu de Las Casas e a António Vieira a defesa da dignidade dessa gente inferior, talhada para ser escrava. O Manel e a Rita precisam de saber que essa fidelidade ao carácter subversivo dos direitos humanos atirou esses visionários para o degredo da Inquisição, como continua a atirar para as prisões, tanto as físicas como as simbólicas que se materializam no anátema de “extremistas” ou “fundamentalistas”, todos aqueles que vêem indignidades onde a maioria vê imperativos do mercado, da lei ou da conveniência do momento.

Difícilmente podemos esconder ao Manel, à Rita e aos seus amigos que o alargado consenso de hoje sobre a bondade dos direitos humanos e sobre a grande conveniência da sua consagração nas leis, nos tratados, nas constituições e nas revisões curriculares é muitas vezes a camuflagem de uma crescente negligência a respeito da sua aplicação concreta. Continuamente nos apercebemos de que a força retórica das proclamações jurídicas é directamente proporcional à impermeabilidade das práticas sociais à vocação emancipatória dos direitos humanos. Neste sentido, conviria ouvir com atenção o aviso de Boaventura de Sousa Santos: “O projecto da modernidade sacralizou o Direito e trivializou os direitos. Temos agora que fazer o trajecto inverso: trivializar o Direito e sacralizar os direitos”.

O senso comum generoso que o Manel, a Rita e os seus amigos partilham acerca dos direitos humanos precisa de ser cuidado, robustecido e podado. Precisa do adubo do espírito crítico e autocrítico, precisa da estaca de mais conhecimento e do ambiente de uma prática quotidiana condizente em todas as comunidades de referência: a escola, a família, a cidade. Acho que é isso que nos querem dizer quando nos falam em educação para e na cidadania.

Título
Somos Diferentes, Somos Iguais – Diversidade, Cidadania e Educação

Coordenação
Teresa Cunha e Sandra Silvestre

ISBN
978-989-95306-3-8

Depósito Legal
280784/08

Capa e Separadores
Ana Lipovšek

Impressão e acabamento
Rainho & Neves, Lda. – Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt

Agosto de 2008

Os textos não reflectem necessariamente a opinião e posições da AJPaz.

Os textos foram publicados respeitando na íntegra a sua forma e conteúdo originais, nomeadamente nas referências bibliográficas e especificidades da grafia do Brasil.

